

# Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino<sup>1</sup>

*School library networks in Brazil: case studies in local teaching systems*

**Rubeniki Fernandes de Limas**

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.  
Bibliotecário da Procuradoria da República do Ministério Público Federal no Espírito Santo.  
E-mail: [fernandeslimas@gmail.com](mailto:fernandeslimas@gmail.com)

**Bernadete Santos Campello**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.  
Professora titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.  
E-mail: [bscampello@gmail.com](mailto:bscampello@gmail.com)

## Resumo

O objetivo da pesquisa foi compreender o funcionamento de redes de bibliotecas escolares sob aspectos estratégicos. Os procedimentos metodológicos foram qualitativos. Utilizou-se estudo de casos múltiplos, com amostra de três redes em funcionamento. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa documental e entrevistas com coordenadores de redes. Os resultados demonstram que o diferencial das redes analisadas, ainda que se identifiquem problemas a serem superados, encontram-se na maior consolidação de aspectos como: concepção de biblioteca, apoio em legislação, dotação orçamentária, existência na estrutura administrativa, profissionalização e inserção em políticas públicas. Conclui que as redes representam um movimento de “setorização” e profissionalização da biblioteca escolar. Espera-se que os resultados possibilitem uma compreensão mais ampla do panorama atual, além de servir de base para estudos mais aprofundados em alguns pontos ou mesmo inspirar a modelagem de novas redes de bibliotecas.

**Palavras-chave:** Redes de bibliotecas. Bibliotecas escolares. Cooperação bibliotecária.

## Abstract

The study sought to understand the structure and functioning of school libraries networks in Brazil. The methodology of the research was multiple case studies, with three networks as samples. Data collection was done through documentary research and interviews with network coordinators. The results demonstrated that the main benefit of implementing the networks was to provide consolidation of the aforementioned aspects, such as: concept of the school library, support for legislation, budgeting, administrative structure, professionalization, and insertion into public policies. In conclusion, the networks represent a trend to professionalize the school library. The differential point of the investigated networks is a more defined advancement in those aspects, though there are still challenges to be faced. It is expected that the results allow a broader understanding of the current situation, as well as serve as a basis for further studies or even to inspire the modeling of new library networks.

**Keywords:** Library networks. School libraries. Library cooperation.

---

<sup>1</sup> Artigo baseado na dissertação defendida e aprovada em 03/11/2015:

LIMAS, Rubeniki Fernandes de. **Redes de bibliotecas escolares no Brasil**: estudo exploratório. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 21-42, 2017.

DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.113284

## Introdução

Neste artigo abordam-se as redes de bibliotecas escolares pertencentes a sistemas municipais de ensino no Brasil, com o objetivo de analisar alguns aspectos estratégicos. Chamamos a atenção que estas redes vêm se estruturando de forma mais organizada e conseguindo resultados educacionais mais satisfatórios. Busca-se identificar qual o diferencial das redes analisadas em relação a sistemas de ensino em que não há uma estruturação das bibliotecas escolares como rede.

Contextualizando a temática, parte-se do princípio de que a biblioteca escolar é um elemento estratégico para a melhoria do nível educacional por sua potencialidade de impacto no letramento, na competência informacional dos alunos e no apoio ao ensino/aprendizagem. Apesar deste potencial, a biblioteca escolar brasileira constitui uma instituição historicamente precária em infraestrutura e valorização. Pressupõe-se que tal precariedade derive de uma forma de atuação caracterizada pelo isolamento de outras bibliotecas e pela dissociação de seu contexto educacional e órgãos gestores da educação.

Por outro lado, percebe-se o surgimento de uma configuração que privilegia a atuação conjunta, isto é, redes de bibliotecas escolares. Os sistemas de ensino público que inserem suas bibliotecas escolares em políticas públicas, além de estruturarem-nas como redes/sistemas/programas, ainda são poucos. É importante destacar que o fato de determinadas bibliotecas pertencerem a um mesmo sistema de ensino, não quer dizer que elas compõem uma rede. Ainda que façam parte de um mesmo sistema educacional, historicamente tem ocorrido a atuação isolada das bibliotecas entre si, com sua escola e com esferas administrativas superiores.

A relevância da presente investigação encontra-se no fato de não existirem pesquisas sobre o tema em âmbito nacional, sendo a formação de redes um movimento com histórico recente. É necessário compreender iniciativas com resultados positivos, diferentes do cenário negativo, já amplamente conhecido. Os resultados podem servir de base para estudos mais aprofundados sob os aspectos pesquisados, além de contribuir para a modelagem de novas redes de bibliotecas escolares.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi compreender o funcionamento de redes de bibliotecas escolares sob os seguintes aspectos: contexto de surgimento; concepção de biblioteca adotada pela rede; legislação e documentação de apoio; dotação orçamentária;

posição da rede no organograma das secretarias municipais de educação; recursos humanos; cooperação bibliotecária; e benefícios proporcionados pela constituição das redes.

### Referenciais Teóricos

A precariedade das bibliotecas escolares no Brasil é assunto recorrente no discurso dos autores que escrevem sobre o tema (SILVA, 1995; VIANNA, CAMPELLO, MOURA, 1998) e comprovada por estudos que investigaram a situação (CAMPELLO et al., 2012). Como bibliotecário supervisor de uma rede de bibliotecas escolares em formação e como profissional da educação básica durante certo período, percebi tal precariedade de modo bastante contundente, conhecendo com maior profundidade as condições desses espaços por meio de visitas técnicas de diagnóstico, orientação e treinamento de funcionários das bibliotecas, além de reuniões para mobilização das equipes de liderança das escolas e divulgação de instrumentos legais de apoio à biblioteca escolar. Essa percepção deu origem à problemática desta pesquisa.

Pressupõe-se que a maioria das bibliotecas escolares no país vem atuando isoladamente, desarticuladas com seu ambiente, como constatado na prática e na literatura. Esse afastamento da biblioteca, tanto de sua escola como de órgãos administrativos, e de outras bibliotecas, é uma questão a ser analisada como fator de enfraquecimento da biblioteca na escola.

O documento *Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares* (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985) relata que a configuração de funcionamento das bibliotecas de forma isolada era o mais comum até a década de 1960. O isolamento resultava em desequilíbrio nos estágios de evolução de cada unidade, além de duplicar esforços e desperdiçar recursos. Um movimento de trabalho cooperativo interbibliotecário emergiu a partir da década de 1960, principalmente entre bibliotecas públicas e universitárias. Estabeleceram-se *redes, sistemas e programas* em que as bibliotecas que se estruturavam de modo interligado para realizar “atividades susceptíveis de serem executadas cooperativamente ou por um organismo central” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985, p. 83). Criaram-se centros com a função de estimular a criação e o desenvolvimento de bibliotecas, os quais realizavam “uma série de atividades que se podem executar centralizadamente, com baixo custo e, portanto, economia de recursos” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985, p. 83). Reconhecia-se que, no âmbito das bibliotecas escolares o processo de estabelecimento de redes de cooperação sempre

foi mais lento, provavelmente pelas mesmas razões da maior complexidade da problemática da educação básica. O texto ainda afirmava que as políticas públicas pertinentes às bibliotecas escolares eram frágeis ou mesmo inexistentes. Seu funcionamento dependia de iniciativas individuais, sem conexão com outras bibliotecas ou com os órgãos coordenadores.

Em contraposição àquele cenário desfavorável, outra realidade vem emergindo de maneira gradativa. Trata-se de bibliotecas escolares que aparentam integrar-se a seu contexto com maior sucesso. Nesse cenário, foi possível visualizar um modo de atuação conjunta das bibliotecas, em que elas não atuam sozinhas, mas sim de forma cooperativa, podendo-se falar na existência de sistemas ou redes de bibliotecas escolares. Em tais iniciativas de cooperação, cada biblioteca se integra a um sistema maior. As bibliotecas são individualmente fortalecidas, apresentando resultados educacionais mais satisfatórios. A forma de atuação conjunta das bibliotecas da rede de ensino de Belo Horizonte – MG (PIMENTA; AIRES; RIBEIRO, 1998) e de Porto Alegre – RS (PAULA et al., 2011) são exemplos desse modelo de atuação de forma integrada.

As redes de bibliotecas escolares dos municípios de Belo Horizonte e Porto Alegre possuem algumas características comuns, destacando-se uma maior valorização da biblioteca, a existência de programas de atividades ligadas ao projeto pedagógico das escolas e contratação de profissionais específicos para o setor. Entende-se, portanto, que seja preciso buscar um melhor entendimento desses modelos.

Existem diferentes denominações para tal modelo de atuação conjunta: *programas de bibliotecas*, *sistemas de bibliotecas*, *redes de bibliotecas*. Observa-se que ainda há conflitos terminológicos. Na biblioteconomia/ciência da informação, *sistema* relaciona-se, por exemplo, a sistemas informáticos ou sistemas de recuperação da informação. Utiliza-se neste trabalho o termo *redes de bibliotecas escolares* de forma genérica, porque se percebeu durante a pesquisa bibliográfica que a utilização do termo “redes de bibliotecas” nas bases de dados permitiu a recuperação de textos mais pertinentes. Já a utilização de “sistemas de bibliotecas” confunde as buscas pela associação à ideia geral de sistemas e *software*.

Na década de 1980, Valera Orol, Garcia Melero e Gonzalez Guitian (1988) observaram que, tendo em vista que o conceito de rede era muito recente, a terminologia associada ao termo estava ainda em processo de consolidação. Ambiguidades na utilização dos termos seria esperada. Os mesmos autores, do mesmo modo, diferenciam os conceitos de redes e sistemas. Um sistema de bibliotecas seria o “conjunto de unidades bibliotecárias com um planejamento

e estrutura organizacional comum, qualquer que seja seu âmbito, que geralmente dependem da mesma unidade administrativa, voltado para alcançar determinados objetivos” (VALERA OROL; GARCIA MELERO; GONZALEZ GUITIAN, 1988, p. 217). Já uma rede de bibliotecas seria “um conjunto de sistemas bibliotecários conectados, que mantêm sua autonomia administrativa e cujo fundamento constitui a cooperação entre as bibliotecas que formam a rede” (VALERA OROL; GARCIA MELERO; GONZALEZ GUITIAN, 1988, p. 218). Aparentemente, a maioria das iniciativas de cooperação identificadas se encaixaria na denominação de sistemas de bibliotecas, conforme visto acima, embora as denominações não estejam, em geral, de acordo com a definição proposta.

Kent (1979) discute que a formação de redes de bibliotecas visa a atender interesses relativos aos usuários, disponibilizando acesso a uma maior variedade de materiais e serviços, a custos menores. O foco do estabelecimento de redes de bibliotecas diz respeito ao compartilhamento de recursos com menores gastos.

Conforme Williams e Flynn (1979) as atividades das redes podem ser classificadas em:

- atividades relacionadas diretamente aos interesses dos usuários;
- atividades relacionadas diretamente às bibliotecas participantes e indiretamente aos usuários;
- atividades relacionadas ao suporte da estrutura da rede (WILLIAMS; FLYNN, 1979, p. 51).

Existem atividades que viabilizam a cooperação bibliotecária, dando suporte à logística da rede. Outras atividades dizem respeito a melhorias dos serviços-meio. Por fim, há atividades que viabilizam a melhoria dos serviços finais.

Os dois primeiros tipos de atividades têm como objetivo atender às metas primárias da rede, isto é, oferecer melhores serviços aos usuários e assegurar a manutenção das bibliotecas, sendo as principais atividades aquelas destinadas a melhorar produtos e serviços oferecidos diretamente aos usuários por meio de compartilhamento de recursos (WILLIAMS; FLYNN, 1979). Os autores exemplificam que as atividades destinadas diretamente aos usuários podem abranger empréstimo entre bibliotecas, serviço de referência, treinamento de usuários. Os segundos tipos de atividades são orientados para atividades-meio que viabilizam a realização das finalidades primárias, com recursos que não se limitam aos insumos de uma única biblioteca, oferecendo aos usuários maior variedade produtos de informação. Já as atividades

destinadas a atender aos interesses diretos das bibliotecas e indiretos dos usuários, podem ser, por exemplo, os programas de aquisição cooperativa, catalogação cooperativa, sistema de controle de circulação de materiais. Os usuários são indiretamente beneficiados, pois há uma melhora de infraestrutura das unidades de informação. Por fim, as atividades de suporte às redes abrangem, por exemplo, a criação e operação de sistemas que implementam as funções primárias, avaliação de atividades, treinamento de pessoal, determinação de custos e taxas, entre outras, assegurando a existência da rede, aprimorando as atividades diretas ao usuário.

A análise de duas redes de abrangência nacional já consolidadas (Portugal e Chile) possibilitou maior compreensão da influência do modelo de redes.

Em Portugal (2009), o Programa Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) constitui um programa nacional de bibliotecas com aporte legislativo e apoio do Ministério da Educação em conjunto com o Ministério da Cultura. Foi criado em 1996 com a finalidade de implantar bibliotecas em todas as escolas de ensino básico em Portugal, alinhadas com diretrizes de organizações internacionais, como IFLA e UNESCO. As linhas de orientação técnica e funcional para as bibliotecas delimitavam cinco parâmetros principais, sendo eles: “recursos humanos e formação, recursos físicos, funcionamento e animação, gestão e apoio da RBE, e Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares” (PORTUGAL, 2009, p. 22).

No Chile, existe a iniciativa dos Centros de Recursos para o Aprendizado (CRA). Também de abrangência nacional, teve início em 1993, cobrindo estabelecimentos de ensino públicos e privados subvencionados (CHILE, 2010). Para atender a seus objetivos, os CRA estruturam-se considerando diferentes âmbitos de gestão: definição da Biblioteca Escolar CRA; usuários; espaço; coleção; equipe de trabalho; gestão pedagógica; gestão administrativa; redes e cooperação, com a finalidade apoiar o processo de ensino/aprendizagem, o incentivo à leitura e a educação de usuários (CHILE, 2011).

No Brasil, as dificuldades para se implementar uma rede de alcance nacional seriam maiores, dadas as dimensões do país e diferenças regionais e locais. Desta forma, as redes vêm se organizando em âmbito local, nos municípios ou em sistemas particulares de ensino. Dentre estas redes, destacamos as relacionadas no QUADRO 1.

**Quadro 1 - Redes de bibliotecas escolares no Brasil**

<b>Região</b>	<b>Rede de bibliotecas</b>	<b>Cidade/Estado</b>
Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste	Província Marista Brasil Centro-Norte	Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Tocantins.
Nordeste	SESI – Serviço Social da Indústria	Pernambuco
Nordeste	Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte, Coordenadoria de Bibliotecas Escolares	Juazeiro do Norte – CE
Nordeste	Secretaria de Educação do Estado da Bahia	BA
Sudeste	Bibliotecas Escolares Interativas/ REBI – Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo/SP, Seção de Bibliotecas Escolares	São Bernardo do Campo - SP
Sudeste	SESI – Serviço Social da Indústria	ES
Sudeste	Sistema FIRJAN – Diretoria de Educação	RJ
Sudeste	Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Vitória	Vitória – ES
Sudeste	Bibliotecas Escolares do SESI – Serviço Social da Indústria	SP
Sudeste	Secretaria de Educação de Santos	Santos – SP
Sudeste	Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria de Educação, Seção de Biblioteconomia e Multimídia	Santos – SP
Sudeste	Sistema integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos	São Carlos – SP
Sudeste	Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte	Belo Horizonte – MG
Sudeste	Colégio Santa Maria – Belo Horizonte	Belo Horizonte – MG
Sudeste	Rede de Bibliotecas Escolares Centro Educacional Fundação Salvador Arena/Colégio Termomecânica – São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo – SP
Sul	Rede Municipal de Bibliotecas Escolares de Curitiba	Curitiba – PR
Sul	Secretaria Municipal de Cultura – Londrina	Londrina – PR
Sul	Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Rio Grande do Sul	RS
Sul	Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares da Cidade do Rio Grande	Rio Grande – RS
Sul	Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares de Porto Alegre	Porto Alegre – RS
	Bibliotecas da Fundação Bradesco	Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco

**Fonte:** elaborado pelo autor

Em síntese, um ponto relevante a ser observado nos exemplos citados é que, apesar de o nome do programa conter o termo “rede”, “sistema” ou “programa”, trata-se de sistemas de bibliotecas, considerando a concepção de Valera Orol; Garcia Melero; Gonzalez Guitian (1988). As características destas iniciativas as aproximam mais de sistema de bibliotecas, uma vez que as bibliotecas integrantes têm objetivos comuns e dependem de diretrizes e apoio de uma mesma unidade gestora. Contudo, a noção de sistema de bibliotecas sugere que exista uma articulação apenas das bibliotecas entre si. Diferentemente dessa percepção, as iniciativas são mais amplas, ultrapassando a ideia de um sistema de bibliotecas. Elas não articulam apenas as bibliotecas escolares entre si. As redes não solucionam problemas isolados. Elas inserem todas as unidades de bibliotecas em um mecanismo que introduzem as bibliotecas na dinâmica do sistema de ensino ao qual pertencem e em políticas públicas educacionais.

## Metodologia

Realizaram-se estudos de casos múltiplos, analisando-se três redes implementadas no Brasil. A abordagem metodológica foi qualitativa e exploratória, apoiando-se no método comparativo. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa documental e bibliográfica, além de entrevistas com os coordenadores de redes.

O universo da pesquisa compôs-se de redes de bibliotecas escolares da região Sudeste do Brasil. As redes foram identificadas por meio de buscas na internet e contatos intermediários. A amostra adotada foi intencional, optando-se pelo estudo de três redes de bibliotecas escolares de sistemas municipais de ensino:

- Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos (SP);
- Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (MG);
- Rede de Bibliotecas Escolares da Prefeitura Municipal de Vitória (ES);

A escolha das redes teve como base os seguintes critérios: seu estágio de implementação, buscando-se investigar redes em estágios mais consolidados; a existência de profissionais bibliotecários concursados/contratados no quadro; existência de um profissional atuando no interior da secretaria de educação do município designado para tratar as demandas das bibliotecas; e o desenvolvimento de ações cooperativas entre as bibliotecas das redes estudadas. A dissertação completa apresenta os relatos obtidos nas entrevistas e quadros, suprimidos aqui devido ao espaço.

Os aspectos estratégicos analisados foram categorizados da seguinte forma: a) contexto de surgimento da rede; b) conceito de biblioteca escolar adotado pela rede; c) legislação e documentação; d) dotação orçamentária; e) estrutura administrativa; f) recursos humanos; g) cooperação bibliotecária; h) benefícios da atuação em rede.

## Resultados

O Quadro 2 apresenta algumas das características das redes estudadas.

**Quadro 2 - Características gerais das redes analisadas**

Rede/sistema/ Programa	Sistema de ensino	Início *	Localidad e	Nº de escolas*	Nº de alunos matriculados **	Nº de bibliotecas*	Nº de bibliotecários *
Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos (SIBI-SC)	Rede Municipal de Ensino de São Carlos/SP	2004	São Carlos (SP)	59	14.582	11	16
Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte	Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte/MG (RME-BH)	1997	Belo Horizonte (MG)	189	165.283	190	43
Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Vitória	Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES	1999	Vitória (ES)	53	30.249	53	51

**Fonte:** elaborado pelo autor com base em dados fornecidos conforme indicado

\*Dados correspondentes a 2014 coletados das entrevistas.

\*\* Fonte Censo Escolar/INEP 2014 citado por QEdU (2013).

## Contexto de surgimento das redes

As redes surgiram como forma de rever a biblioteca escolar e seu papel, em um esforço de inseri-la no sistema de ensino. Este surgimento ocorreu a partir da segunda metade da década de 1990, impulsionado por contextos de transformação e movimentos mais amplos de reformas nos sistemas de ensino municipais, tendo como um dos pontos centrais a possibilidade de serem alternativa para superar a infraestrutura precária das bibliotecas escolares. A análise revelou situação diferente da pressuposta no início da pesquisa, quando se acreditava na existência de um planejamento de longo prazo. O aparecimento das redes se deu alcançando melhorias gradativas sem que houvesse planos plenamente estabelecidos de estágios a serem alcançados. Os dados apontaram uma tendência de surgimento impulsionado por movimentos mais amplos de transformação nos sistemas de ensino. O próprio cenário da educação em âmbito nacional passava por transformações. Na década de 1990, o Brasil passou por um movimento de democratização do ensino e melhoria qualitativa na educação. As redes de ensino de Belo Horizonte e Vitória acompanharam este movimento. Em Belo Horizonte, a criação do programa de Bibliotecas em 1997 apareceu concomitante à proposta político-pedagógica da Escola Plural, iniciada em 1995. Em Vitória, a Revitalização dos Espaços Escolares, por volta de 1997,

impulsionou o surgimento da rede, em 1999. E em São Carlos, o SIBI-SC foi implantado em 2004, distante daquele contexto, mas já em um cenário de criação de uma política pública mais ampla, que envolvia o incentivo à leitura, o fomento ao livro, e a conseqüente criação de bibliotecas. Esta característica pode ter sido determinante para que as redes emergissem e até mesmo perdurassem, uma vez que se a conjuntura era de reflexão e revisão das práticas nos sistemas de ensino, era o momento ideal de se incluir a biblioteca escolar no movimento de política pública em efervescência.

### **Concepção de biblioteca escolar**

A concepção de biblioteca adotada nas redes foi analisada a partir do modo como os atores envolvidos a compreendiam, isto é, que visão tinham da biblioteca escolar, de como ela deveria ser e que papéis deveria cumprir. A análise permitiu concluir que em determinado momento houve a tentativa de abandono da visão da biblioteca como depósito, em contraposição a uma visão de biblioteca escolar como um centro de aprendizagem, nos termos da Organização dos Estados Americanos (1985). Uma biblioteca tradicional tem como paradigma a conservação. Mas nas bibliotecas escolares, antes da implantação das redes, até mesmo essa visão apresentava distorções, pois as bibliotecas não eram tomadas nem mesmo como um elemento de conservação dos registros do conhecimento humano. Aparentemente, elas eram vistas estritamente como depósito, em diversos sentidos, de livros, de mobiliário, de local para alunos indisciplinados. Já uma biblioteca moderna traz o paradigma de centro de comunicação e de aprendizagem, tornando-a um espaço ativo na educação.

Em uma concepção moderna,

a biblioteca atualiza a função de comunicação, permitindo a cada leitor estabelecer uma nova relação com a obra, cada vez que com ela se relaciona. Com isto, faz da mesma um verdadeiro centro de aprendizagem integrado à instituição educativa (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985, p. 19).

Em todas as redes analisadas, predominou a compreensão da biblioteca escolar com características modernas, como exemplificadas pela Organização dos Estados Americanos (1985). Percebeu-se, nas falas dos entrevistados, a biblioteca como centralizadora de recursos bibliográficos impressos e eletrônicos, conservando as funções tradicionais. Todavia, acrescentaram-se características de apoio à construção do conhecimento, de um espaço ativo na realização de atividades pedagógicas e culturais, além de ter o aluno, e não o livro e as

atividades técnicas, como foco. Em maior ou menor grau, percebeu-se um deslocamento gradual em direção a uma concepção de espaço ativo, de promoção de ações diretamente ativas para a formação do aluno.

Assim, nas redes de Vitória e Belo Horizonte, destaca-se a tentativa de ruptura com a visão predominante à época, marcando que as bibliotecas não poderiam funcionar da maneira como vinham. Desta forma, as modificações começaram a ocorrer quando a biblioteca escolar passou a ser entendida pelos atores sob outra perspectiva.

Em São Carlos, a fala sobre a concepção demonstrou um foco diferente, sendo um exemplo marcante sobre a forma de ver a biblioteca influenciando no modo de configuração das bibliotecas na realidade. Conforme Cardillo et al (2009) em São Carlos a rede de bibliotecas escolares denomina-se Escolas do Futuro<sup>2</sup>. As bibliotecas se localizam contíguas às escolas municipais de ensino fundamental. “A biblioteca escolar repensada, inovada e renovada que, não por acaso, está estrategicamente localizada em bairros da periferia da cidade, atendendo, portanto, uma população bastante carente e sem acesso à informação e à leitura” (CARDILLO et al, 2009, p. 23). A biblioteca escolar, além de atender aos alunos, professores e funcionários das escolas, também foi pensada para disponibilizar seu acervo, serviços e produtos aos membros da comunidade local, oferecendo fontes de informação convencionais e digitais. As bibliotecas, além de cumprirem seus papéis no ensino-aprendizagem, abrem-se também à comunidade, capilarizando o acesso da população à leitura e à cultura (CARDILLO et al, 2009).

Uma limitação em nosso estudo foi que os dados sobre a concepção de biblioteca refletem apenas as visões dos coordenadores das redes e aquelas constantes nos documentos analisados. Para se compreender a forma como ela é entendida por outros atores inseridos no sistema de ensino de forma mais abrangente seria necessário realizar estudos com uma amostra que incluísse os demais envolvidos, a fim de se obter um panorama mais amplo.

Ainda que a visão de biblioteca escolar apresentada pelos coordenadores das redes tenha se mostrado tendente a uma concepção moderna, a análise revelou que a concepção de biblioteca escolar não era unificada, existindo conflitos na aceitação de papéis que seriam

---

<sup>2</sup> As Escolas do Futuro são bibliotecas escolares comunitárias que atendem tanto os alunos, professores e funcionários das EMEB – Escola Municipal de Educação Básica -, pois estão instaladas junto a elas, mas também toda a comunidade em seu entorno; todos os cidadãos podem usufruir de seu acervo e serviços, com igualdade de oportunidades no acesso e uso da informação, potencializando assim sua função.

Criada em 2002, a rede de Escolas do Futuro foi concebida de acordo com políticas e diretrizes educacionais vigentes, na busca de uma completa integração no processo educativo e no sistema educacional e cultural e do Município. (<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/sist-integrado-de-bibliotecas/bibliotecas-do-sibi.html>)

consequência de uma concepção moderna. Se havia desejo e esforços para tornar a biblioteca cada vez mais ativa no desenvolvimento de atividades pedagógicas, isto demandava formação de pessoal e postura diferentes por parte dos profissionais envolvidos.

### **Formalização**

A pesquisa buscou analisar a formalização das redes tendo como parâmetros três aspectos. Existência de legislação e documentação produzida; dotação orçamentária; e posicionamento das redes nos organogramas das secretarias de educação. O apoio legislativo/documental da rede representa um elemento fundamental para sua consolidação e permanência em longo prazo.

Apenas o SIBI-SC foi instituído por legislação, existindo tanto legislação direta quanto relacionada. A Lei Municipal nº 13.464 de 2 de dezembro de 2004, autoriza a instituição do SIBI-SC, estabelecendo seus objetivos. O sistema também se apoia na Lei nº 13.500, de 5 de janeiro de 2005, que estabelece a Política Municipal do Livro - PML, sendo outro fator importante de sua consolidação. Esta política é mais ampla que o sistema de bibliotecas, abrangendo principalmente a promoção da leitura. Ela incentiva a produção literária e editorial, a promoção de eventos literários, e conseqüentemente a instalação de bibliotecas e a renovação de acervos. Assim, o SIBI-SC se insere em uma política pública mais ampla que o integra às questões da leitura, à melhoria da educação e ao mercado editorial (SÃO CARLOS, 2005). A PML constitui uma importante iniciativa que todo município que desejar promover as bibliotecas deveria implementar: legislação.

No caso de Belo Horizonte, o Programa de Bibliotecas da RME-BH, apesar de à época da pesquisa já ter um histórico de estruturação e consolidação na Secretaria de Educação, não possuía suporte legislativo quanto a sua criação e era pouco mencionado nos atos administrativos municipais. Mas há um apoio fundamental representado pela determinação presente na Lei Orgânica do Município, que define que 10% das verbas encaminhadas às escolas sejam gastos com acervo (BELO HORIZONTE, 1990, p. 50). No âmbito da Secretaria de Educação de Belo Horizonte, a biblioteca foi mencionada pela primeira vez no Plano de Melhoria da Aprendizagem para o triênio 2015-2017. Assim, percebe-se que a inclusão da biblioteca em documentos como esse representa uma tentativa mais forte de incorporá-la no processo pedagógico. Da mesma forma, é importante que a biblioteca faça parte de instrumentos como o Plano de Melhoria da Aprendizagem, sobretudo por se tratarem de planos

estratégicos. Isto é, estabelecem, dentre outras coisas, metas a serem atingidas dentro de um período, o que pode direcionar o sistema de bibliotecas para um estágio mais avançado. Isto porque para que se alcancem avanços é necessário alocação de recursos, sejam recursos humanos, capacitação, acervo, espaço físico, etc. Em sistemas de ensino onde a biblioteca não é incluída em planos governamentais, é como se as secretarias de educação afirmassem que não há pretensão de investir-se nas bibliotecas, o que tem contribuído para um cenário de estagnação.

Embora haja pouca legislação específica para o Programa de Bibliotecas em Belo Horizonte, percebe-se que têm sido envidados esforços para produzir documentação que consolide avanços obtidos. Esta documentação vem buscando alinhar as diretrizes e objetivos que se deseja atingir como sistema integrado, como o exemplo do documento *Política de desenvolvimento de acervo das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte*, que sistematiza as diretrizes para a formação e desenvolvimento dos acervos das bibliotecas das escolas da RME-BH. Além do mais, a documentação contribui para a legitimação do programa, para sua evolução e concretização.

A rede de Vitória se revelou o caso mais frágil em relação a apoio legislativo e documentação. Segundo dados das entrevistas, ainda existem poucos registros sobre a rede. Sendo assim, ainda que a Rede de Vitória já tenha um histórico de consolidação, sem ações de formalização consistente, seja por meio de legislação, registros, inclusão na estrutura administrativa da SEME, etc., há o risco de enfraquecimento ou mesmo de descontinuidade no futuro. Há exemplos frequentes no país de casos de políticas públicas “descontinuadas” em transições de governos, por exemplo.

Dessa forma, a análise revelou situações diversas. Houve caso em que existia uma consolidação da rede no aspecto histórico, apesar da fragilidade em relação a apoio legislativo e registros formais (Vitória), como também situação em que a própria rede foi criada por lei (São Carlos). E situação intermediária, com alguns aspectos presentes na legislação, e com a documentação ganhando força (Belo Horizonte). Percebeu-se o reconhecimento, por parte dos entrevistados, de que a legislação consiste em um avanço estratégico para a consolidação das redes, apesar de a existência de legislação e documentação ser um cenário ainda frágil. Iniciativas inseridas em políticas públicas apoiadas em lei têm menos chance de serem descontinuadas, embora a existência da lei não assegure plenamente a manutenção, conforme pondera um dos entrevistados.

Sobre a dotação orçamentária, em Belo Horizonte e São Carlos, há a determinação legislativa de verba específica para investimento em bibliotecas. Por outro lado, no caso de

Vitória, observa-se que a ausência da legislação torna a questão mais inconstante, com previsão de recursos em um período e ausência em outro. Em São Carlos existe, instituído pela Lei Municipal nº 13.464, o Fundo Municipal do Livro (FUNLIVRO). Em Belo Horizonte, igualmente há dispositivo legal presente na Lei Orgânica do Município, determinando que 10% da verba repassada às escolas seja destinada à manutenção e ampliação dos acervos, fator que contribui para a consolidação crescente da rede, reforçando a necessidade de consolidação enquanto política pública.

A rede de Vitória, apesar de seu histórico de avanços, talvez devido a apresentar maior fragilidade enquanto política pública, mostrou-se com dotação orçamentária inconstante. No Plano Plurianual 2010/2013 da cidade de Vitória, aprovado pela Lei Municipal nº 7.845, de 9 de dezembro de 2009 (VITÓRIA, 2009) – a biblioteca escolar foi mencionada no planejamento dos custos das ações da agenda de políticas públicas do Município, formalizando os compromissos a serem cumpridos. Esta menção assegura que anualmente o Município tenha que indicar os gastos previstos especificamente com bibliotecas escolares. O entrevistado observou esse ponto como relevante, pois havendo no Plano Plurianual menção às ações das bibliotecas escolares, assume-se a necessidade de se lembrar anualmente dos investimentos nas bibliotecas. Apesar da menção da Rede de Bibliotecas no Plano Plurianual 2010/2013, verificase que no Plano Plurianual 2014/2017, aprovado pela Lei nº 8.590, de 12 de dezembro de 2013 (VITÓRIA, 2013), a ação ligada às bibliotecas não aparece, o que demonstra a inconstância.

Logo, tanto em Belo Horizonte quanto em São Carlos, havia a determinação legislativa de verba específica para investimento em bibliotecas. Por outro lado, observa-se que a ausência da legislação torna a questão mais instável, como em Vitória.

A localização das redes de bibliotecas escolares nos organogramas das secretarias de educação é considerada fator de influência sobre seu *status* no sistema de ensino como um todo. Nesse aspecto, o estudo revelou situações diversas. O SIBI de São Carlos situa-se, na hierarquia da SME, em contato direto com o cargo de secretário municipal de educação. Trata-se de um indício importante de que o SIBI-SC constitui uma política pública consolidada no Município, pois permite que as demandas das bibliotecas atinjam diretamente a cúpula administrativa.

Diferentemente do SIBI-SC, o Programa de Bibliotecas de Belo Horizonte e a Rede de Bibliotecas de Vitória não são representados no organograma das respectivas secretarias de educação. Pode-se dizer que ambos se posicionam no que seria um segundo e terceiro nível da hierarquia, respectivamente, embora isto não se dê de modo formalizado.

Diversas perguntas são suscitadas em relação aos motivos de uma rede de bibliotecas não ser incluída no organograma, ou seja, por que essa oficialização na estrutura administrativa

não acontece? Não se defende que tal inclusão deveria necessariamente acontecer, porquanto também seja importante considerar o já criticado excesso de subdivisões nas estruturas administrativas do setor público que criam cargos comissionados e geram custos altos, sobrecarregando o Estado. Mas se esta inclusão for realizada com efetividade no que se propõe, representaria uma conquista política e estratégica fundamental. Pesquisas direcionadas responderiam mais a fundo a questão.

### **Recursos humanos**

A análise sobre os recursos humanos envolvidos nas redes de bibliotecas limitou-se às funções exercidas pelo que se chamou de profissionais diretos, a saber, os ocupantes de cargos nas secretarias de educação que desempenham papéis de coordenação das redes e os profissionais que atuam diretamente nas bibliotecas das escolas, isto é, bibliotecários, auxiliares e professores em readaptação funcional.

Em Belo Horizonte, o quadro de profissionais no âmbito do programa é formado diretamente pela Coordenadoria, bibliotecários e auxiliares de biblioteca, além de professores em readaptação funcional. Em São Carlos, a Lei de criação do SIBI-SC, no seu artigo 7º, determina a alocação de um quadro de pessoal efetivo para as atividades técnicas, culturais e de apoio ao sistema (SÃO CARLOS, 2004). O quadro é composto por um diretor de departamento, os coordenadores gerais, que são o chefe de processamento técnico, o chefe de aquisição de acervo, o chefe de incentivo à leitura e nove supervisores de unidades, todos de natureza comissionada, ocupados por servidores de carreira. Ainda fazem parte do quadro de profissionais dezesseis bibliotecários, além dos auxiliares administrativos. Em Vitória, os profissionais diretos são o assessor técnico, o responsável pelo projeto de leitura e os bibliotecários e, eventualmente, professores em readaptação funcional. Importante observar que em Vitória as escolas municipais não têm auxiliares de biblioteca.

Analisando os papéis desempenhados pelas lideranças das redes de bibliotecas que atuam no interior das secretarias de educação, percebe-se que sempre houve uma grande lacuna em sistemas de ensino, inexistindo atuação dessas lideranças. Sem essa atuação há dificuldades para a comunicação entre secretaria de educação e biblioteca escolar. Este é um diferencial entre as redes analisadas e os modelos de atuação isolados mencionados antes (SILVA, 1995; BRASIL, 2011; CAMPELLO et al., 2012). Sem uma representação das bibliotecas na secretaria de educação torna-se mais difícil para elas se organizarem enquanto grupo. As lideranças nas secretarias cumprem papéis de criação de condições para que as escolas consigam utilizar a

biblioteca em suas funções educacionais. Atuam como gestoras das redes, propondo diretrizes e capacitações, mediando conflitos, intermediando as demandas da biblioteca escolar com as secretarias, além de sensibilizar os profissionais envolvidos na causa da biblioteca.

Os resultados demonstram que se espera do profissional bibliotecário algo além de conhecimentos ditos técnicos. Como as concepções das bibliotecas vêm evoluindo, espera-se que o bibliotecário assuma um papel de liderança e participe mais ativamente do processo de ensino/aprendizagem, incorporando atividades de dinamização e ações pedagógicas. Isto requer que novas atribuições sejam assumidas. Ao mesmo tempo, as lideranças das redes vêm reconhecendo que há lacunas na formação do bibliotecário em relação a aspectos pedagógicos, fazendo com que nem todos adiram a tais propostas. Existe esta resistência, segundo os participantes da pesquisa. Aspectos ligados ao currículo de formação e a falta de remuneração por assumir responsabilidades pedagógicas foram apontados pelos entrevistados.

É importante observar que, antes da instituição das redes nos municípios, as bibliotecas, em certos casos, eram deixadas sob a responsabilidade de funcionários designados para “tomar conta”, na maioria das vezes, sem formação adequada. Na melhor das hipóteses, havia auxiliares de biblioteca e, em muitas situações, não havia nenhum funcionário. Sem que haja uma devida formação para atuar em bibliotecas, o trabalho tem se desenvolvido de forma intuitiva e sem o apoio das teorias e técnicas da biblioteconomia. No longo prazo, o fator da ausência de profissionais com formação adequada tem se demonstrado prejudicial.

A contratação de bibliotecários mostra ser fator importante para a profissionalização do setor. A lei que instituiu o SIBI-SC determinou um quadro de profissionais específico para atuar na biblioteca. Em Vitória, é contratado um bibliotecário para cada escola. E em Belo Horizonte, ainda que nem todas as bibliotecas contem com um bibliotecário atuando permanentemente, há auxiliares coordenados por um bibliotecário.

Reforça-se que o setor tem maior probabilidade de se tornar efetivo em suas funções se for profissionalizado, não apenas no sentido de contratações, mas também de formação adequada e continuada. Acredita-se na necessidade de o bibliotecário fazer parte do quadro de profissionais efetivos das escolas, a exemplo do que ocorre em Portugal (2009), onde se instituiu o cargo de professor-bibliotecário.

### **Cooperação bibliotecária**

Este aspecto foi o pressuposto mais forte no início da pesquisa. Partiu-se do princípio de que, quando bibliotecas se agrupam, têm maior integração com seu sistema de ensino e com outras bibliotecas, quando comparadas com as que não são parte de um sistema de bibliotecas. Acreditava-se que a cooperação bibliotecária no âmbito das bibliotecas escolares se daria de modo a se aproximar no futuro do que ocorreu com iniciativas apresentadas em Campello (2006) e Krzyzanowski (2007). A impressão inicial era que o destaque das redes de bibliotecas escolares se daria justamente por desenvolverem atividades de cooperação bibliotecária. Porém, os dados revelaram que a cooperação ainda acontece timidamente, constituindo apenas iniciativas informais e de alcance local. Isto leva à hipótese de que nas redes de bibliotecas escolares, no estágio de desenvolvimento atual, não há condições para a otimização do compartilhamento de recursos via cooperação bibliotecária. Isto seria um patamar mais avançado, como acontece em bibliotecas universitárias e especializadas.

Outros aspectos além da cooperação bibliotecária, como discutida em Williams e Flynn (1979), necessitam ser previamente estruturados em relação à organização das redes de bibliotecas escolares como setor a ser melhor concretizado dentro do organograma das secretarias. Ou seja, pontos como legislação e documentação, dotação orçamentária, recursos humanos, entre outros, necessitam ser mais bem articulados para que as redes se estruturem. A pesquisa constatou que a cooperação bibliotecária não está no centro das preocupações atuais das bibliotecas escolares. Antes disso, as redes de bibliotecas escolares necessitam se fortalecer enquanto sistemas de bibliotecas. Ao longo do presente estudo, tornou-se mais evidente que os atores e as esferas de atuação envolvidos são muitos. O fortalecimento da biblioteca escolar, no âmbito do setor público, depende em grande parte de políticas públicas. Conclui-se, nesse aspecto, que as atividades de suporte a rede necessitam ser mais bem consolidadas para que atividades meio e fim consigam otimizar a contribuição da biblioteca escolar no meio educacional.

## **Benefícios**

Nessa categoria, buscou-se identificar os benefícios advindos da atuação em rede, a partir da percepção de seus coordenadores, verificando-se, além disso, se os benefícios atingiram de forma equilibrada todas as bibliotecas participantes.

Sobre os benefícios advindos da instituição das redes, os dados apontam que o principal refere-se justamente a uma melhor organização do trabalho das bibliotecas. Ações são planejadas para incluir todas as unidades, consolidando um sistema. Trata-se da estruturação abordada como necessária. A análise indicou que o benefício mais importante das redes está na própria organização das bibliotecas para atuarem como um sistema. Trata-se de prever infraestrutura de suporte comum a todas, ao invés de apenas algumas individuais.

Houve avanços em relação a espaço físico, acervo e sua organização, computadores, serviços e pessoal, embora se tenha percebido obstáculos a serem superados. Uma conquista acerca do aspecto espaço físico refere-se ao fato de que todas as bibliotecas nas redes contam com espaço destinado à biblioteca. Obstáculos persistem, pois muitas ainda funcionam em espaços inadequados, ao passo que outras são muito bem aparelhadas.

Nas redes, um dos principais benefícios foi a centralização da aquisição de materiais bibliográficos, porque houve melhor gestão dos recursos e maior equilíbrio no desenvolvimento dos acervos. Os acervos foram apresentados como sendo de boa qualidade.

A propósito da organização do acervo, esforços vêm sendo realizados para informatização, que resolve uma série de questões, envolvendo o tratamento da informação, a circulação de materiais e a disponibilização de um catálogo *online* para acesso do usuário. Um avanço nesse sentido é a possibilidade de a rede prover um programa de computador para gestão de bibliotecas para todas as bibliotecas, ao invés de cada uma adquirir um.

O oferecimento de computadores com acesso à internet, tanto para realização das atividades técnico-administrativas quanto para acesso dos usuários, ainda representa dificuldades no contexto das bibliotecas escolares. Este objetivo se vê frustrado devido à carência de computadores e de suporte ao serviço.

Sobre a dinamização das bibliotecas, é difícil determinar se as ações teriam sido melhoradas diretamente pela intervenção do funcionamento em rede. As ações de dinamização dependem muito de cada escola. Em Belo Horizonte, por exemplo, havia a expectativa de que

todas as bibliotecas da rede realizassem atividades de dinamização, embora não existisse um padrão determinado para o desenvolvimento dessas ações. Havia, no Município, iniciativas regulares de promoção de leitura que ofereciam um leque de opções, desenvolvidas por iniciativa dos profissionais das bibliotecas. Acredita-se que a sistematização de atividades de dinamização da biblioteca é mais complicada que a padronização do tratamento técnico. Qualquer ação cultural vai depender da cultura interna de cada escola, de seu plano de ações formalizado no Projeto Político-Pedagógico. Assim, entende-se que a biblioteca deva estar inserida nesse plano e organize suas atividades de dinamização com base nele, favorecendo a apropriação das propostas pela comunidade escolar. Projetos padronizados para todas as bibliotecas poderiam colocar em risco essa relação, dificultando realizar ações de acordo com a realidade local.

Como visto anteriormente, um dos avanços mais relevantes ocorridos com a implementação das redes de bibliotecas refere-se às ações ligadas aos recursos humanos, a saber, presença de lideranças das redes, atuando nas secretarias de educação; contratação de quadro específico para atuar no âmbito das unidades de bibliotecas, principalmente bibliotecários e auxiliares; e realização de capacitações profissionais.

Observa-se ainda que haviam dificuldades para que os benefícios alcançassem todas as bibliotecas de uma rede, característica que se intensifica conforme as dimensões do município. Entretanto, em alguns pontos, muito já foi alcançado e, além disso, há perspectivas de evolução dos cenários, diferentemente daquele descrito anteriormente, que apresenta indícios de estagnação.

## Conclusões

A presente pesquisa fortaleceu a hipótese da importância da superação do modelo de atuação isolada das bibliotecas escolares. Percebeu-se que, quando a biblioteca trabalha sozinha, torna-se mais difícil obter avanços necessários para efetivar seu potencial de contribuição no processo educativo. Já como parte de uma rede, com representação no âmbito da secretaria de educação, ela se fortalece na escola.

Conclui-se que as redes estudadas se encontram em patamares nos quais necessitam se fortalecer enquanto sistemas, consolidando-se o suporte à sua estrutura para que atividades meio e fim possam ser aprimoradas.

Uma importante constatação diz respeito ao fato de que o surgimento das redes parece representar um movimento de “setorização” e profissionalização da biblioteca escolar. Ou seja, apenas recentemente ela vem sendo incorporada como um setor dentro da escola/secretaria de educação.

Há um movimento de profissionalização da biblioteca escolar. Esse movimento se mostra mais forte nas redes uma vez que se insere um profissional que atua como liderança no interior das secretarias de educação para intermediar e representar a biblioteca escolar enquanto setor. Além disso, nas redes analisadas havia a contratação de profissionais graduados em biblioteconomia e pessoal de apoio, em alguns casos.

O principal benefício da implementação refere-se a ter proporcionado organização aos aspectos analisados, sintetizados como concepção de biblioteca, apoio em legislação, dotação orçamentária, existência na estrutura administrativa, profissionalização, inserção em políticas públicas. O diferencial das redes analisadas, ainda que se identifiquem desafios, encontra-se no fato de elas estarem proporcionando avanços mais concretos nesses aspectos e, possivelmente, ainda outros não abordados pela pesquisa. Espera-se que os resultados possibilitem uma compreensão mais ampla do panorama atual, além de servir de base para estudos mais aprofundados em alguns pontos ou mesmo inspirar a modelagem de novas redes de bibliotecas.

## Referências

- BELO HORIZONTE. Câmara Municipal de Belo Horizonte. **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte** – LOMBH, 21 de março de 1990. Disponível em: <<http://cmbhsilinternet.cmbh.mg.gov.br:8080/silinternet/consultaNormas/detalheNorma.do?id=2c907f7619968b1a011a015cd469129c&metodo=detalhar#>>. Acesso em: 11 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil**. Brasília: MEC, 2011.
- CAMPELLO, B. S. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T.; ALVARENGA, M.; SOARES, L. V. O. Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos? **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 01-29, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ffclrp.usp.br/berev>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- CARDILLO, I. L. L. et al. Sistema integrado de bibliotecas do município de São Carlos – bibliotecas públicas e escolares como fonte de acesso a produtos e serviços informacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2009, Bonito. **Anais...** Bonito: FEBAB, 2009.
- CHILE. Ministério de Educación de Chile. **Estándares para las bibliotecas escolares CRA**. Santiago de Chile: Gráfica Puerto Madero, 2011. Disponível em: <<http://www.leechilelee.cl/recursos/gestion-bibliotecas-escolares-cra>>. Acesso em: 08 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Las bibliotecas escolares em Chile: visión de la comunidad escolar**. Colonia del Valle, México: Fundación SM, 2010.
- KENT, A. Network anatomy and network objectives. In: KENT, A.; GALVIN, T. J. (Ed.). **The structure and governance of library networks**. New York: Marcel Dekker, 1979. Cap. 1, p. 2-18.
- KRZYŻANOWSKI, R. F. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2007.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares/FEBAB, 1985.
- PAULA, F. T. et al. Bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. In: MORO, E. L. S. et al (Org.). **Biblioteca escolar: presente!** Porto Alegre: Evanagraf, 2011. p. 161-170.
- PIMENTA, L. V.; AIRES, M. C. P.; RIBEIRO, T. R. Programa de revitalização das bibliotecas das escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte. In: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. p. 68-

83. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte

PORTUGAL. Ministério da Educação. Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares. **Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares**. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES); ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2009. Disponível em: <[www.rbe.min-edu.pt/np4/file/31/978\\_972\\_742\\_3194.pdf](http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/31/978_972_742_3194.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2013.

QEDU. **Matrículas e infraestrutura**. 2013. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2013&dependence=0&localization=0&item=>>. Acesso em: 03 out. 2014.

SILVA, W. C. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

SÃO CARLOS (SC). Lei n. 13.464, de 2 de dezembro de 2004. Autoriza a instituição do Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos, a criação do Fundo Municipal do Livro e dá outras providências. [**Diário oficial**], 10 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/portal/index.php/2014-02-07-16-38-03/pesquisa-de-leis-municipais>>. Acesso em 30 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.500, de 5 de janeiro de 2005. Estabelece a Política Municipal do Livro, sua difusão, estímulo à leitura e desenvolvimento das Bibliotecas Públicas. [**Diário oficial**], 05 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.camarasaocarlos.sp.gov.br/portal/index.php/2014-02-07-16-38-03/pesquisa-de-leis-municipais>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

VALERA OROL, C.; GARCIA MELERO, L. A.; GONZALEZ GUITIAN, C. G. Redes de bibliotecas. **Boletín de La Anabad**, La Coruña, v. 38, n. 1-2, p. 215-242, 1988. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=210>>. Acesso em: 3 out. 2013.

VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

VITÓRIA (ES). Lei n. 7.845, de 9 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o período 2010/2013. **A Tribuna**, 11 dez. 2009. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2009/L7845.PDF>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.590, de 12 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o período 2014/2017. **Diário oficial**, 13 dez. 2013. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2013/L8590.PDF>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

WILLIAMS, J. G.; FLYNN, R. Network topology: functions of existing networks. In: KENT, A.; GALVIN, T. J. (Ed.). **The structure and governance of library networks**. New York: Marcel Dekker, 1979. Cap. 6, p. 49-83.

Artigo submetido em: 26 mar. 2016

Artigo aceito em: 22 jun. 2016